

vwogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Base rachada na Câmara de Vitória

Controlar a sua volúvel base na Câmara de Vitória nunca foi tarefa fácil para o prefeito Luciano Rezende (PPS), mas ultimamente as fissuras por ali parecem vir se tornando um pouco mais expostas. Prova mais recente disso foi a aprovação do projeto da Mesa Diretora – presidida por Namy Chequer (PCdoB), aliado do prefeito – que concede abono natalino de R\$ 1,1 mil para os quase 400 servidores do próprio Legislativo municipal.

Na votação do sensível projeto, a base de Luciano literalmente se rachou ao meio: dos oito vereadores tidos como mais leais ao prefeito, quatro votaram contra e três a favor (além do próprio Namy, que, como presidente, não votou). Até no PPS, pela primeira vez em três anos, houve divisão entre os dois vereadores da sigla: Fabrício Gandini e Vinicius Simões. Enquanto o presidente do PPS no Estado apoiou o abono, Simões deu um dos votos contrários derrotados.

Não cabe discutir se o pessoal da Câmara merece ou não o abono. Não se trata de “desabonar”, no mérito, a iniciativa da Mesa. Mas o fato é que, querendo agradar aos próprios servidores (que pressionaram muito durante a votação), vereadores da própria base jogaram uma bomba no colo do prefeito: a partir do momento em que os servidores do Legislativo tiveram assegurado o agrado natalino (o qual, vale lembrar, não é obrigatório), os do Executivo enxergaram nisso a senha para aumentar a pressão sobre Luciano, cobrando um “tratamento

igualitário” que a prefeitura, no momento, não teria condições financeiras de dispensar aos próprios funcionários.

Sem culpa pela crise e com reivindicações legítimas, o Sindicato dos Servidores Municipais alega que, enquanto os efetivos da prefeitura não receberem nem reposição inflacionária em 2015, os 350 comissionados do Legislativo (afora os 40 efetivos) terão o abono de Natal.

Como diz o ditado, a grama do vizinho sempre cresce mais verde. Nesse caso, olhando para o quintal da Câmara, logo ali ao lado, os funcionários ligados à prefeitura vão ver um Natal mais cômodo na casa dos vizinhos.

Assim, a um só tempo, a Casa acabou jogando os servidores da prefeitura contra os da Câmara (representados por outro sindicato, o Sindicâmara, criado há poucos meses), contra os edis que votaram pelo abono e, sobretudo, contra Luciano. Criaram-lhe uma complicação política extra neste ano pré-eleitoral, que se soma às dificuldades financeiras reconhecidas de público pela prefeitura.

Autor da proposta, Namy recorre à independência entre os Poderes, argumenta que a Câmara já devolveu cerca de R\$ 3,5 milhões aos cofres municipais só este ano e que, graças à economia feita nos próprios contratos, tem folga orçamentária para conceder ao seu pessoal o benefício, cujo impacto é de R\$ 430 mil. O presidente nega que, com a aprovação do projeto, a Câmara (in-

Namy destacou que a Prefeitura de Vitória não tem condições de dar o abono aos próprios funcionários porque já está à beira do limite legal de gasto com folha de pagamento este ano. Haja sinceridade...

cluindo ele e metade da base) tenha dado munção aos opositores de Luciano.

Como A GAZETA publica hoje, nenhum dos Poderes estaduais garante o bônus de fim de ano aos respectivos servidores. A negativa geral pode servir de trunfo a Luciano. Reforça a argumentação de que a crise é generalizada, e Vitória não foge à regra. Mas reforça também o quanto a Câmara, ao criar um precedente justamente na instituição mais próxima à prefeitura, criou também um problema a mais que Luciano na certa preferiria dispensar neste momento.



CENA POLÍTICA

Após ter o nome referendado pelos pares para comandar o Tribunal de Contas do Estado pelo próximo biênio, o conselheiro Sérgio, digo, Sérgio Aboudib começou a pôr em prática, bem ao

pé da letra, sua política de seriedade e austeridade. Ao receber os cumprimentos, surpreendeu os convidados com a ressalva: “Agradeço, mas isso não é motivo para parabéns”.

À beira do barraco

A confusão tomou conta da sessão da Câmara de Vitória na última quarta-feira, na qual se sentiram os reflexos da aprovação, na véspera, do abono para servidores da Casa. Chamado de “cara de pau” pela representante dos servidores da prefeitura, Walteska Timóteo, o ex-sindicalista Reinaldo Bolão (PT) devolveu a ofensa ao discursar, apontando para ela.

“Demagogo é você!”

Bolão e Vinicius Simões (PPS) chamaram um ao outro de “demagogo”. Bolão disse que quem votou contra o projeto, como Simões, pode requerer à Mesa que o abono não seja concedido aos servidores do próprio gabinete. Simões respondeu que não pode privar sua equipe de um direito aprovado por Bolão e os demais.

Como assim, Rogerinho?

Em meio às acusações de demagogia, o líder do prefeito na Câmara, Rogerinho Pinheiro (PHS), saiu-se com uma proposta “criativa”: revogar a sessão da véspera e dividir os R\$ 430 mil reservados para o abono entre todos os servidores da Câmara e da prefeitura. O presidente, Namy Chequer, ironizou: “Acho tocante e comovente a preocupação do vereador”.

Racha entre líderes

Ou seja, racha visível também entre dois atores importantes da base de Luciano: o atual e o ex-líder dele na Casa.

Pé no calo e dedo na cara

Virou rotina: é Davi Esmael (PSB) subir à tribuna que Zezito Maio (PMDB), a seu modo histriônico, começa a provocá-lo (acusa-o de se esconder atrás de Deus). Na quarta, após a cena se repetir, Davi foi tirar satisfações com o desafeto, chegando a lhe apontar o dedo em riste.

PREFEITO NO APERTO

Audifax paga dívida doando terrenos

Projeto repassa terrenos no valor total de R\$ 51 milhões a Instituto de Previdência da Serra

VINICIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

A Prefeitura da Serra vai repassar ao Instituto de Previdência da Serra (IPS) cerca de R\$ 51 milhões em terrenos públicos para sanar dívidas com a entidade. Cabe-rá ao instituto leiloar as áreas para obter os recursos. A prefeitura não informou o valor da dívida com o IPS.

A doação foi definida no projeto para redução de despesas elaborado pela prefeitura e aprovado ontem na Câmara. Seriam re-



Audifax não informou tamanho da dívida da prefeitura

passados 34 terrenos, estimados em R\$ 61,8 milhões. Mas vereadores retiraram cinco deles da lista.

Segundo o vereador Aécio Leite (PT), os espaços que não serão doados têm

valor estimado em R\$ 10 milhões. “Muitas comunidades não estão satisfeitas. Vão tentar barrar a venda. Muitos bairros só têm aqueles locais para construção de escolas, posto médico,

RESISTÊNCIA

“Comunidades estão insatisfeitas. Vão tentar barrar a venda. Muitos bairros só têm aqueles locais para construção de escolas, posto médico, praças”

AÉCIO LEITE (PT)
VEREADOR

praças”, disse o petista.

Líder do prefeito na Câmara, Luiz Carlos Moreira (PMDB) confirmou que o repasse dos terrenos é uma alternativa para que a prefeitura não use o cofre para

pagar a dívida com o IPS. “Enfrentamos queda de arrecadação. O prefeito está muito preocupado em manter salários em dia”, disse.

VALOR

Os terrenos mais caros são avaliados em R\$ 11,6 milhões e R\$ 6,1 milhões. Ficam em Mangui-nhos e em Civit II.

O projeto também estipulou corte de 20% no salário do prefeito e do vice. Também foi aprovada a redução de 12,5% nos salários de secretários. “Sou a favor da redução de gastos, mas o corte nos salários, como foi feito, é inconstitucional”, afirmou Gideão Svensson (PR).

Economia de R\$ 16 milhões

“Todos os cortes previstos no projeto vão proporcionar, segundo a prefeitura, economia de cerca de R\$ 16 milhões. Além disso, se o Instituto de Previdência da Serra (IPS) conseguir leiloar os terrenos por cerca de R\$ 51 milhões, a prefeitura não precisará mexer no cofre para pagar dívidas com o instituto. O projeto movimenta cerca de R\$ 67 milhões.